

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 162/2022
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 59/2022****JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO
(ART. 24, II, LEI 8.666/93)****1 – OBJETO:**

A presente dispensa de licitação tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO COMPLETA PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO DE ASCENDIMENTO DAS LUZES DE NATAL NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2022 DAS 18h ÀS 23h.

2 - DA JUSTIFICATIVA DA DISPENSA

2.1. A presente Dispensa de licitação se encontra amparada pela *Lei de Licitações e Contratos*, tendo em vista que os serviços requisitados totalizam R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), preço que admite a Dispensa de acordo com o artigo 24, II, da Lei 8.666/93:

Art. 24. É dispensável a licitação:

[...]

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

2.2. Ressalta-se que a Administração Municipal, ainda que diante de Dispensa de Licitação, promoveu pesquisas de mercado a fim de encontrar o menor preço para a contratação do supramencionado serviço;

2.3. Os atos em que se realize a dispensa de licitação são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato, dito discricionário, **se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato**, dada a sua importância e necessidade extrema de idoneidade.

3 – DA CONTRATANTE

3.1. **MUNICÍPIO DE DESCANSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 83.026.138/0001-97, com sede na Avenida Marechal Deodoro, nº 146, centro, Descanso/SC.

4 – DO CONTRATADO

4.1 – VANDERLEI ROQUE FLORES, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 45.919.854/0001-04, com sede na Rua Men de Sá, 101, casa, centro, Município de São Miguel do Oeste/SC.

5 – DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR/EXECUTANTE

5.1 – A contratação nos termos e condições em epígrafe, será realizada considerando o baixo valor apresentado para a prestação dos serviços, conforme segue abaixo:

Item	Especificação	Un	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	SOM COMPLETO CONTENDO: 60M DE TRELIÇA ALUMÍNIO, 2 SUB GRAVE, 8 LINE, 24 CANHÕES DE LEDS, 8 MUVING BEAN, 2 MINI BLUT 100 WATS, PAINEL DE LED 4x2 P5, BATERIA COMPLETA, CUBO DE	Serviço	01	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00



CONTRABAIXO 4X10 E 15; CUBO DE GUITARRA, 5 MONITORES, MESA DIGITAL SOUNDCRAFT, MESA DIGITAL 01V, 50M MULTI CABO, MESA MINI AVOLAITE 1024, 8 AMPLIFICADORES DE POTENCIA, 10 MICROFONES COM FIO, 3 MICROFONES SEM FIO, 12 PEDESTAL DE MICROFONE, KIT MICROFONE BATERIAL 4 GRAVE, 4LINE, 2 AMPLIFICADORES, CROSSOVER. OBS.: O SERVIÇO DEVE ESTAR PRONTO, DEVIDAMENTE TESTADO PARA O INÍCIO DAS APRESENTAÇÕES COM PREVISÃO PARA AS 18 HORAS E OS TÉCNICOS DEVERÃO PERMANECER NO LOCAL ATÉ O FIM DO EVENTO.					
				Total	R\$ 1.500,00

6 – DA FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DOS PRAZOS:

6.1- O contratado deverá proceder a entrega do serviço completo no dia 02 de dezembro de 2022, após o recebimento da Autorização de Fornecimento, devendo entregar o objeto no local indicado pelo responsável.

6.2 - Os preços cotados não serão reajustados.

7 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 - O pagamento será efetuado na semana subsequente à prestação, mediante a apresentação da Nota Fiscal, desde que esteja em condições de liquidação e pagamento. Consigne-se que serão efetuadas as retenções de tributos, quando couber, nos termos da legislação vigente.

8 – DA DESPESA

8.1 - Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificadas e codificadas:

3.3.90.39.99.00.00.00 (74/2022)

9 - DA HABILITAÇÃO

9.1 - A empresa contratada apresentou a seguinte documentação para comprovação de habilitação jurídica e regularidade fiscal, conforme exigências do art. 27 da Lei 8.666/93, especialmente:

- Cartão CNPJ;
- Prova da regularidade conjunta para com a Fazenda Federal, União e Previdência (certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa);
- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa);
- Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede da empresa (certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa);
- Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, de acordo com as prerrogativas da Lei 12.440/11, com validade;

10 - CONCLUSÃO

Tendo em vista os itens em epígrafe, remeta-se para elaboração de parecer jurídico, no que tange à possibilidade de contratação por dispensa de licitação, para posterior ratificação pela autoridade competente.

Descanso/SC, 28 de novembro de 2022.



FELIPE JOSÉ TERNUS
Presidente da CPL

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica.

ROGÉRIO DE LEMES
OAB/SC-21.018
Assessor Jurídico